

OPINIÃO 24 MAI 1996 GAZETA MERCANTIL

FHC Dificuldades de um sociólogo presidencial

Newton Rodrigues *



Agora, não são mais deduções analíticas. O cupim que vinha comendo silenciosamente a popularidade de Fernando Henrique Cardoso exibiu seu trabalho. Do momento em que as pesquisas saíram do jogo subjetivo, formulando-se perguntas objetivas, os números confirmaram o que já se deduzira, mesmo sem apurações quantitativas e ponderadas tecnicamente: a lua-de-mel já era, o "efeito teflon" que tornava o chefe do Executivo imune a todas as críticas, idem, e a população está cansada de ouvir música de uma nota só, sobre os efeitos do Real.

Os resultados colhidos pela Vox Populi (JB, 19/05/96, pág. 3), nas oito capitais mais importantes, demográfica e economicamente, mostram o desempenho do governo considerado ruim. Em uma escala de 1 a 10 pontos, suas políticas receberam, em média ponderada, 1,9 (combate ao desemprego), 2,0 (previdência e aposentados), 2,6 (saúde), 3,1 (reforma agrária), 3,3 (apoio à agricultura) e 3,6 (educação). Nem mesmo sobre o controle da inflação a nota ultrapassou 4,9, apresentando a peculiaridade de ser mais baixa exatamente nas três capitais mais pobres do conjunto pesquisado.

Os dados do DataFolha (Folha, 19/05/96, pág. 9), restritos à cidade de São Paulo, foram ainda mais contundentes, porque versaram diretamente sobre o desempenho pessoal do presidente. Apenas 25% dos paulistanos avaliaram-no ótimo/bom, para 42% que o consideraram apenas regular e 33% péssimo ou ruim. A queda de 13 pontos, em apenas dois meses, foi também sobretudo acentuada nas camadas

de menor renda, as mais numerosas e mais favorecidas até agora com o Plano Real. Por sua vez, uma pesquisa encomendada pelo Planalto (JB, 22/05/96, pág. 4) assinala que, nos dezesseis meses transcorridos desde a posse, o conceito ótimo/bom caiu 39 pontos (passando de 79 a 40).

25% dos paulistanos avaliaram o governo de FHC como ótimo/bom, 42%, regular e 33%, péssimo ou ruim. Houve queda de 13 pontos

Como sempre, os resultados apurados fixam momentos determinados e esse foi o argumento-desculpa do ministro José Serra, para o uso externo somente, pois, pessoalmente, estará levando em conta a tendência apontada pelos resultados em curso, que cobrem todo o período governamental. Ela é de queda constante, de acordo com a própria pesquisa oficial citada, com oscilações efêmeras e pouco significativas. Tais sinais não são bip-bips de aviso, mas toques de alarme. O volume de descontentamento já se expressa em ações agressivas, nas ocupações de propriedades rurais e terras indígenas, no bloqueio de estradas que se tornou rotineiro e na invasão de prédios públicos, acompanhada de retenção de reféns. A atitude oficial vacila entre a permissividade, só agindo em face de mandados judiciais, e a violência criminosa, como em Eldorado do Araguaia, por exemplo.

A euforia do Real distorceu a realidade e o governo desconheceu que con-

quistas e benefícios constituem, sempre, patamares para novas reivindicações. E, além delas, há a defesa de direitos adquiridos, muitas vezes frutos do fisiologismo corporativo. Não se controlam nem se orientam tais movimentos com apelos publicitários que lembram as inserções do período militar, sobre o "Brasil Grande" e parecem inspiradas no famoso samba de Ataulfo, que "era feliz e não sabia", ao dizerem ao povo que tudo vai bem. Ainda agora estão sendo programados novos e pesados gastos (ESP, 12/05/96), além da presença constante em entrevistas e pronunciamentos do próprio presidente da República e de seus ministros. Qualquer publicitário sabe que a propaganda ajuda bons produtos, mas não sustenta os maus e que, se a política oficial está sendo considerada ruim, é preciso retificá-la. Havia boas razões para alertarmos (GM, 12/04/96) que o "efeito teflon", que não deixava nenhuma crítica ao governo pegar, passara a atuar ao contrário e que as desculpas é que não estavam mais pegando.

A Presidência da República tem implicações diferentes da defesa de uma tese universitária: nela, em lugar do discurso, o que funciona é a ação. Um amadorismo estranho em quem, desde 1985, se declarou candidato a governar o País e tem dezenas de anos de militância política, levou a um enfoque distorcido do novo campo de atuação.

Desde logo, o programa de governo abrigou propostas demasiado amplas e abrangentes, inviáveis na extensão e forma apresentadas, em face de um Congresso no qual o tucanato figura apenas com a quarta bancada, enquanto a maioria das propostas exige emendas constitucionais, para cuja aprovação são necessários os votos de três quintos de cada uma das casas legislativas, em duas votações sucessivas. Se o indispensável e viável tivesse norteado o roteiro, o carro não estaria batendo pino.

O primeiro equívoco foi identificar os votos majoritários obtidos para a Presidência com a aprovação de todo um programa. De fato, foi o êxito do Plano Real, adotado por Itamar, que empurrou a candidatura de seu penúltimo ministro da Fazenda, cujas propostas gerais ficaram à margem na campanha, como sempre acontece. Além disso, os dados eleitorais mostram que, no conjunto do eleitorado, FHC obteve apenas 36,27% dos sufrágios, algo muito diferente dos 54,28% apurados sobre os votantes, com a eliminação das cédulas nulas e em branco. A partir desse conceito propagandístico, o presidente passou a considerar-se a própria encarnação do País e a definir as críticas a seu governo como atitudes de lesa-pátria. O estilo concentracionista de poder (aí está a enxurrada de MPs, que se apro-

ximam de milhar e meio) e a aspiração continuísta, expressa na luta pela reeleição, constituem perigosos desdobramentos. A própria insistência em uma aliança ampla e genérica — em vez de temas e projetos — tem muito que ver com isso, desfigurando a imagem social-democrática do titular.

As mudanças ministeriais não consolidaram a base parlamentar do governo: permanecem problemas de fundo

Ao assumir a Presidência, Fernando Henrique previa reformas a curto prazo: meses depois, elas se arrastam e não há indícios de que possam ser aplicadas tão cedo, pois, além das alterações inevitáveis nos textos iniciais, os novos artigos exigirão em muitos casos leis regulamentárias. A convocação extraordinária do Congresso, para julho, dificilmente será mais produtiva que a do começo do ano, entre outros motivos porque, além do desgaste presidencial, aproximam-se as eleições: até o próximo dia 30, todas as candidaturas estarão definidas.

A semana atual foi particularmente rica em sintomas de descontentamento. As mudanças ministeriais não consolidaram a base parlamentar do governo, pois os problemas de fundo permaneceram os mesmos, obrigando as lideranças oficiais a utilizar recursos de minoria, como negativa de quórum, e a sofrer três derrotas consecutivas,

duas das quais de sentido corporativo, na votação da reforma da Previdência. Note-se, entretanto, que a Câmara aprovou a inovação mais importante do texto, que era a necessária adoção da aposentadoria por tempo de contribuição, em lugar de por tempo de serviço.

No dia seguinte, atacando mais uma vez o Legislativo, o presidente da República, verberando o "absurdo de uma minoria se impor" (GI, 23/05/96, pág. 3), apenas repetiu o discurso do general Geisel sobre a "ditadura das minorias" na qual formava Fernando Henrique Cardoso e que lhe serviu de pretexto para fechar o Congresso. Nesses mesmos dias, prosseguia a paralisação parcial dos funcionários públicos, as centrais sindicais se entendiam para uma greve geral e quase 3 mil empresários, depois de grande revoadada a Brasília para pedir mudanças econômico-financeiras e, especificamente, na política de juros, saíam mal-satisfeitos da reunião presidencial.

Será danoso ao País que o presidente da República, centro do poder no atual regime constitucional, prossiga no atual processo de desprestigiamento a que está sendo submetido. Mas Fernando Henrique Cardoso, membro de uma família de militares, deve conhecer esta anedota: no treino de ordem-unida, só o filho do coronel parou atrasado e sua batida de tornozelos saiu dissonante. Mas toda a tropa foi advertida por erro. O que se está passando vai além da mera coincidência e alguém precisa acertar o passo.